

Lei nº 697/2017

**ESTIMA A RECEITA E FIXA A
DESPESA DO MUNICÍPIO DE
ANAURILÂNDIA – MS, PARA O
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE
2018.**

EDSON STEFANO TAKAZONO, PREFEITO MUNICIPAL DE ANAURILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, faço saber, que a Câmara Municipal aprova e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Anaurilândia para o exercício financeiro de 2018, compreendendo o conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, sendo:

I – o Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Município, seus Fundos, e unidades da Administração Pública Municipal Direta;

II – o Orçamento da Seguridade Social, abrangendo Fundos e Unidades da Administração Pública Direta.

**CAPÍTULO I
DA ESTIMATIVA DA RECEITA**

Art. 2º O conjunto do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social do Município de Anaurilândia, para o exercício de 2018, estima a Receita e fixa a Despesa em igual valor de R\$ 34.492.483,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e três reais), importando o Orçamento Fiscal em R\$ 27.056.931,00 (vinte e sete milhões, cinquenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais); e o Orçamento da Seguridade Social em R\$ 7.435.552,00 (sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e dois reais);

Art. 3º A estimativa da Receita, por Categoria Econômica, segundo a origem dos recursos, será realizada com base no produto do que for arrecadado, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros em anexo, e de acordo com o seguinte desdobramento:

RECEITA CONSOLIDADA		
a) Receitas Correntes	R\$	33.982.283,00
c) Receitas de Capital	R\$	510.200,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	R\$	34.492.483,00

CAPÍTULO II DA FIXAÇÃO DA DESPESA

Art. 4º A Despesa Total fixada no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social é de R\$ 34.492.483,00 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e oitenta e três reais), distribuído por Categorias Econômicas e respectivos grupos de Natureza de Despesa, segundo o seguinte desdobramento:

I – no Orçamento Fiscal, em R\$ 27.056.931,00 (vinte e sete milhões, cinqüenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais);

II – no Orçamento de Seguridade Social, em R\$ 7.435.552,00 (sete milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, quinhentos e cinqüenta e dois reais);

Art. 5º A Despesa será realizada de conformidade com as especificações constantes dos quadros que integram esta Lei, compreendendo:

PODER LEGISLATIVO	VALOR
Câmara Municipal	2.007.921,00
PODER EXECUTIVO	VALOR
Gabinete do Prefeito	242.000,00
Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças	9.274.000,00
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio	190.000,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente	160.000,00
Secretaria Municipal de Obras, Defesa Civil, Transporte e Projetos	5.751.500,00
Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Juventude	117.000,00
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	8.643.910,00
Secretaria Municipal de Assistência Social	1.431.100,00
Secretaria Municipal de Saúde	6.375.052,00
Reserva de Contingência	300.000,00
TOTAL	34.492.483,00

CAPÍTULO III DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 6º O Poder Executivo poderá adotar medidas para:

I – em decorrência de alteração de estrutura organizacional ou da competência dos órgãos da administração Municipal, adaptar o Orçamento aprovado pela presente Lei, através da redistribuição dos saldos das dotações das unidades orçamentárias e das categorias de programação, necessários à adequação observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II – remanejar dotações dentro de uma mesma Unidade Orçamentária objetivando readequação de projetos e atividades distribuídos em seu contexto, em vista a uma realidade e/ou prioridade evidenciada no decorrer do exercício, nos termos do artigo 46 da Lei Federal nº 4.320/64;

III – alterar a codificação utilizada para controle das Fontes ou destinação de Recursos quando a disponibilidade de recursos assim o exigir.

Art. 7º Respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, o Poder Executivo poderá abrir créditos suplementares e especiais até o valor correspondente a 20% (vinte por cento), das despesas autorizadas na presente Lei, dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, com a finalidade de suprir eventuais deficiências, ou incorporar valores que excedam as previsões constantes desta Lei, mediante a utilização de recursos provenientes do § 1º do art. 43 da Lei nº 4320/64.

Art. 8º Nos termos da Lei Federal nº 4320/64, não computando no limite autorizado anteriormente, poderão ser abertos créditos adicionais quando se destinar a:

I – atender insuficiências de dotações de Pessoal e Encargos Sociais;

II – atender despesas financiadas com recursos vinculados e autorizadas por lei, convênios, auxílios e/ou contribuições transferidas da União, do Estado e de suas Entidades;

III – incorporar o superávit financeiro, apurados em 31 de dezembro de 2017, e o excesso de arrecadação de recursos vinculados e quando se configurar receita do exercício superior às previsões de despesas fixadas nesta Lei;

IV - a abertura de créditos adicionais suplementares dentro da mesma unidade orçamentária, ou dentro do mesmo fundo especial.

Art. 9º O Poder Executivo poderá ainda a:

I – tomar todas as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita;

II - Realizar Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária, conforme permissão contida no § 8º do artigo 165, obedecido o limite

estabelecido no inciso III do art. 167, ambos da Constituição Federal e Resolução nº 43, de 21 de dezembro de 2001 do Senado Federal;

III - proceder à centralização parcial ou total de dotações da Administração Municipal, bem como ao seu remanejamento, quando for da conveniência e do interesse público;

IV - promover a concessão de subvenções sociais a entidades públicas ou privadas, mediante Termo de Colaboração, Termo de Fomento e Acordo de Cooperação, observado o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e, ainda, assinar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, obedecendo ao interesse e conveniência do Município.

Art. 10 Em consonância com as normas constantes da Portaria Interministerial 163, de 04/05/01, o Poder Executivo poderá criar elementos de despesa que não constem nos referidos projetos e atividades aprovados nesta lei, em conformidade com as disposições contidas no artigo 5º da citada Portaria.

Art. 11 A abertura de créditos adicionais para remanejamento de dotações dentro da mesma unidade orçamentária atenderão ao disposto do artigo 165 da Constituição Federal e ao artigo 46 da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 12 O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2018, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2017, nos termos do art. 29-A da Constituição da República, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

Parágrafo Único - Ao término do exercício de 2017, será levantada a receita efetivamente arrecada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situa-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situa-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados, ao Executivo, até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 13 Ficam aprovados os Quadros demonstrativos da Receita e da Despesa dos Fundos Especiais, que acompanham a presente Lei.

I – Fundo Municipal de Habitação e Investimento Social, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)

II – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 109.600,00 (cento e nove mil e seiscentos reais);

III – Fundo Municipal de Investimento Social, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 121.000,00 (cento e vinte e um mil reais);

IV – Fundo Municipal de Assistência Social, vinculado a Secretaria Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 1.060.500,00 (um milhão, sessenta mil e quinhentos reais);

V – Fundo Municipal de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultural no valor de R\$ 2.660.000,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta mil reais);

VI – Fundo Municipal de Saúde, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde no valor de R\$ 6.375.052,00 (seis milhões, trezentos e setenta e cinco mil, cinquenta e dois reais).

Art. 14 Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2018.

EDSON STEFANO TAKAZONO
PREFEITO MUNICIPAL